



**Revista Anual del Centro de
Investigaciones en Estudios
Latinoamericanos para el Desarrollo y
la Integración**



Universidad de Buenos Aires
Facultad de Ciencias Económicas



Mudança no cenário internacional: possível deslocamento da ordem mundial ocidental para a oriental

Autor(es): Billig, Osvaldo Alencar y Paiva da Silva, Amanda

Fuente: Latitud Sur N° 16, Año 2021. UBA-FCE, CEINLADI. (En línea) ISSN 2683-9326.

Publicado por: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas. Centro de Investigación en Estudios Latinoamericanos para el Desarrollo y la Integración (CEINLADI). *Las opiniones y el contenido vertido en este trabajo son responsabilidad exclusiva del autor.*

Vínculo: <https://ojs.econ.uba.ar/index.php/LATSUR/index>



Esta revista está protegida bajo una licencia *Creative Commons Attribution-NonCommercialNoDerivatives 4.0 International*.

Copia de la licencia: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Latitud Sur es una revista académica anual editada por el **Centro de Investigaciones en Estudios Latinoamericanos para el Desarrollo y la Integración (CEINLADI)** perteneciente a la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires.

MUDANÇA NO CENÁRIO INTERNACIONAL: POSSÍVEL DESLOCAMENTO DA ORDEM MUNDIAL OCIDENTAL PARA A ORIENTAL¹

Oswaldo Alencar Billig²

CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS (BRASIL)

Amanda Paiva da Silva³

CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS (BRASIL)

Resumo

Este projeto busca abordar o crescimento e a evolução econômica chinesa, desde o governo de 1979, e analisar a sua ascensão e competitividade em relação à maior economia mundial, os Estados Unidos, abordando a guerra comercial iniciada pelo ex-presidente Donald Trump. Pode-se concluir que é possível uma mudança da ordem mundial nos próximos anos, porém não que ela será unipolar.

Palavras-chave

Ordem Mundial – Economia – Estados Unidos da América – China

CHANGE IN THE INTERNATIONAL SCENERY: POSSIBLE TRANSFER FROM THE WESTERN WORLD ORDER TO THE EASTERN

Abstract

This project seeks to address the Chinese economic growth and evolution since the 1979 government and analyze its rise and competitiveness close to the world's largest economy, the United States, by addressing the trade war started by former President Donald Trump. It can be concluded that a change in the world order is possible in the coming years, but it cannot be guaranteed that it will remain unipolar.

Keywords

Word Order – Economy - United States of America – China

¹ Fecha de recepción: 26/05/21. Fecha de aceptación: 18/10/21.

² Doutorando em Administração, Mestre em Administração, professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

³ Acadêmica do curso de Relações Internacionais, do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

Introdução

A República Popular da China, conhecida popularmente apenas como China, é o terceiro maior país em extensão territorial e o mais populoso do mundo, sendo uma república socialista governada pelo Partido Comunista da China desde 1949. Com a morte de Mao Tse-Tung em 1976, e com a chegada do líder político Deng Xiaoping ao poder, a China presenciou grandes reformas econômicas que abriram o país para o mercado internacional, alavancando a economiachinesa, que em pouco tempo tornou-se a segunda maior economia do mundo - apenas atrás deseu maior concorrente, os Estados Unidos da América.

O presente artigo tem como objetivo abordar o crescimento e a evolução econômica da China, desde o governo de 1979, e analisar a forma como sua ascensão se tornou uma ameaça à hegemonia da maior potência econômica, a norte-americana.

Em primeiro lugar, será apresentada a trajetória econômica chinesa, com ênfase no socialismo de mercado, adotado por Xiaoping, como estratégia para o desenvolvimento econômico do país e sua competitividade no sistema internacional.

Seguidamente, faremos uma comparação entre as duas maiores potências, abordando as relações comerciais entre a China e os Estados Unidos, seu maior concorrente atual, e, por fim, a guerra comercial iniciada no governo de Donald Trump. No decorrer do trabalho, assinalaremos os fatores que ameaçam a hegemonia norte-americana e os motivos dos confrontos e a desconfiança existente entre os dois parceiros comerciais, que disputam o primeiro lugar.

O procedimento metodológico para a realização deste artigo foi o de utilização de fontes secundárias de pesquisa, como revisões bibliográficas, através da leitura de artigos científicos especializados no assunto, como também artigos publicados em sites online relacionados à economia e política, sendo considerada, portanto, uma pesquisa qualitativa.

O trabalho proposto encontra justificção no interesse que suscita a segunda maior potência econômica do cenário atual e a identificação das estratégias utilizadas para sua ascensão para, dessa forma, entender como a China tornou-se o maior concorrente dos Estados Unidos e consiga -possivelmente nos próximos anos- exercer a hegemonia mundial.

Processos de desenvolvimento da economia chinesa

Para entender como a China atual tornou-se uma das grandes potências mundiais e um destaque no mercado internacional, precisamos conhecer as medidas implementadas por Deng Xiaoping.

Antes de 1979, quando a República Popular da China era governada por Mao-Tse-Tung, os dirigentes do partido comunista chinês já vinham discutindo -desde o início dessa década- sobre a modernização e a abertura do mercado ou a retomada do modelo típico trilhado até então, o comunismo. (KNEWITZ, 2013)

A partir do governo de Xiaoping, o chefe de Estado propôs reformas políticas e econômicas para ajudar ao crescimento econômico do país -porém sem sair do regime socialista imposto pelos governos anteriores- utilizando o que eles denominaram “socialismo de mercado”. Esse modelo econômico tem como principais características a convivência pacífica de dois

sistemas antagônicos de governo: o capitalismo e o socialismo. O Partido Comunista Chinês autorizou condições para que a China iniciasse a construção de uma sociedade em que a propriedade social estivesse presente em conjunto com a privada. O socialismo de mercado é conhecido como um socialismo com características chinesas, por isso, o Estado chinês possui um forte poder de intervenção nas indústrias nacionais, ao mesmo tempo que abre seu mercado para capitais externos.

Para Singh (1993), o governo chinês iniciou o processo de transformações com o programa chamado das “Quatro Modernizações”, que são um conjunto de medidas de liberalização nas áreas da agricultura, indústria, exército e tecnologia; foram implementadas de forma gradual pelo governo chinês, mas as áreas que receberam maior investimento foram a industrial e ciência e tecnologia.

Essa transição levou o país de uma economia totalmente fechada para uma maior abertura de mercado, mantendo, contudo, uma maior capacidade de intervenção por parte do Estado, com a intenção de proteger a economia interna perante eventuais crises no mercado internacional. Vale destacar que essa transição não foi apenas na área econômica: foi também acompanhada por melhorias nas condições da população, tanto em nível material quanto social. Para Friedrich List, a união da nação era de extrema importância para um desenvolvimento nacional próspero e duradouro e, para tanto, é essencial que o Estado imponha restrições para as atividades privadas realizadas internamente e proteger sua nação de perigos externos; trata-se, então, do dever de impor restrições comerciais para a proteção dos interesses nacionais (LIST, 1983). Desse modo, é impossível falar de análise econômica da China, sem pensarmos na estratégia desenvolvimentista e no papel de liderança do Estado nas transformações econômicas e sociais.

A liberalização da agricultura, da indústria e do comércio exterior

O primeiro setor a ser modernizado segundo o plano de Xiaoping seria a agricultura. A modernização nesse campo teve início com a reforma de preços dos produtos agropecuários, ou seja, o governo estabelecia uma determinada cota de produção que cada comunidade poderia entregar com um preço predeterminado e, a partir disso, o restante poderia ser negociado livremente no mercado (NONNENBERG, 2008). No entendimento de Medeiros (2012), foram elementos essenciais para sua modernização: a mecanização da agricultura, os investimentos em energia elétrica e a reforma da terra. A prosperidade no setor agrícola proporcionou a expansão de empresas rurais, de vilas e pequenas cidades agrícolas. O deslocamento dos trabalhadores rurais, em nível de subsistência, para as indústrias e setores de serviços em pequenas e grandes cidades, foi uma das razões para o crescimento econômico chinês a partir de 1978. Desse modo, não podemos nos esquecer da importância da mão de obra chinesa para o desenvolvimento econômico da nação; uma mão de obra barata, de qualidade e praticamente inesgotável, em decorrência da grande quantidade da população rural.

A abertura do mercado interno para o internacional, junto com a captação de investimentos estrangeiros, possibilitou um ritmo acelerado da economia chinesa. A inflação mantida sob controle e a taxa de câmbio desvalorizada favoreceram as exportações do país. O governo escolheu reformar as empresas estatais gradualmente, de modo que, ao mesmo tempo que

ampliava a autonomia delas, ainda as supervisionava. Desse modo, evitou-se um processo brusco de privatização: na década de 90, as empresas foram listadas dentro do mercado de capitais, oferecendo, assim, uma maior transparência e a possibilidade de privatização de parte delas (GUIMARÃES, 2012). Acompanhando a reforma empresarial, houve a reforma no sistema financeiro, as instituições bancárias foram separadas entre bancos políticos e bancos comerciais, onde os últimos atuavam de acordo com o mercado. O motivo da reforma foi para realocar os recursos para áreas de maior produtividade, evitando assim o financiamento de empresas estatais consideradas ineficientes (KNEWITZ, 2013).

A partir da criação das Zonas Econômicas Especiais, o governo utilizou essa abertura do mercado interno para estimular empresas estrangeiras a produzirem atividades tecnológicas dentro do território, voltadas principalmente para as exportações (NONNENBERG, 2008). Desse modo, o Investimento Direto Estrangeiro foi essencial, aumentou as exportações mundiais e favoreceu o acesso a capitais externos e tecnologias avançadas. A infraestrutura também ajudou nesse processo: a rede de transportes e a alta logística facilitaram a redução dos custos, fazendo com que o país possua a capacidade de transportar contêineres a um baixo custo, em portos próprios que são conhecidos por estarem entre os maiores do mundo. As empresas dos países vizinhos à China viram-se impactadas pelo desenvolvimento da indústria chinesa e suas exportações, assim, a ascensão do maior país do leste asiático impactou, e ainda impacta, nas relações comerciais e produtivas de toda a região (GUIMARÃES, 2012).

Com o crescimento do seu mercado interno, a China adquire uma grande capacidade de negociar esses capitais estrangeiros e fazer exigências para as empresas transnacionais que se estabelecem no país. Por meio das *joint ventures*, que são associações econômicas entre duas ou mais empresas que buscam parcerias estratégicas e comerciais, as empresas chinesas, além de terem aumentado suas exportações e começado a ter acesso a tecnologias de ponta internacionais, também se consolidaram no mercado internacional. Desse modo, começa a venda de componentes para a China, por empresas internacionais, para que o país faça a montagem e depois exporte o produto final (GUIMARÃES, 2012).

Por outra parte, o aumento do consumo interno provocou uma redução da dependência do país das suas exportações, processo que foi impulsionado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio e mantido pelas reformas governamentais propostas pelo PCC. Desse modo, o alto consumo interno chinês foi considerado como um dos fatores principais para a não consideração da China como sendo totalmente comunista (Arrighi, 2008). Com a entrada da China na OMC, em 2001, aconteceu a abertura total e definitiva de suas fronteiras para receber o capital e investimento estrangeiros.

Ciência e tecnologia no processo de crescimento econômico chinês

As universidades estão entre um dos fatores do crescimento econômico chinês. O governo incentivou que essas universidades criassem suas próprias empresas produtivas e se transformassem nas suas principais acionistas. Desse modo, aumentou a quantidade de recursos disponíveis para essas instituições de ensino (Lyrio, 2010). Em 1998, o governo chinês estreou o programa Torch para realizar esses incentivos entre empresas e universidades; e, a partir desses incentivos, o governo conseguiu -ao mesmo tempo- um

maior aperfeiçoamento da mão de obra e o aumento dessa mão de obra especializada, além de garantir recursos financeiros para essas universidades.

Nesse contexto, podemos pensar na teoria das forças produtivas de List. Para o autor, todo o gasto feito na instrução das pessoas é um consumo em prol das forças produtivas, ou seja,

o maior consumo da nação deve ser utilizado na educação, garantindo assim forças produtivas para as gerações futuras. A nação deve sacrificar um pouco de seus bens materiais para adquirir uma habilidade profissional; mas ao mesmo tempo que o protecionismo pede esse sacrifício material, há o aumento das forças produtivas na nação, além de mais bens materiais e autonomia em termos de guerra, a longo prazo, como aconteceu com a China durante as últimas crises mundiais. Esse pensamento de List concorda de maneira indireta com o que o líder Xiaoping planejou e realizou desde 1978, principalmente em matéria educacional e em relação ao uso do protecionismo na economia (LIST, 1983).

O exército chinês é uma demonstração expressiva do crescimento econômico do país, pois desempenhou um papel além das ações tradicionais de defesa e proteção. O exército passou a fazer parte do complexo industrial-militar, com o propósito de modernizar a indústria da defesa nacional. Assim, com esse maior controle, o complexo militar teve a possibilidade de se tornar autossuficiente em despesas como planejamento e pesquisas militares (Medeiros, 2005). Porém, atualmente, as empresas com origem nesse complexo militar, aos poucos têm o seu controle transferido para agentes privados da China.

Conforme Freitas (2013), para o desenvolvimento dos setores científicos e tecnológicos, o governo chinês implementou -em 1982-, o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias-Chave, e -em 1986- o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Alta Tecnologia. A estratégia utilizada por Xiaoping foi a de disseminação da tecnologia por meio das universidades. Na segunda metade de 1990, o governo lança o Programa Nacional de Pesquisa Básica e a China começou a realizar investimentos para a formação de pesquisadores, criação de laboratórios, centros de pesquisa e atração de cientistas chineses vivendo no exterior.

Vale ressaltar que esses programas foram realizados para resultados a longo prazo, conferidos nas décadas seguintes. Primeiramente, destaca-se o fortalecimento das pesquisas realizadas em programas de pós-graduação e, em segundo lugar, verificou-se a transformação do perfil típico da indústria transportadora, que impulsionou o crescimento da economia com a venda de produtos que necessitavam de mais trabalho do que conhecimento e depois passaram a ter uma grande participação dos itens de alta tecnologia (KNEWITZ, 2013). Segundo um artigo publicado por Kroeber em 2007, no Portal Fator Brasil, o princípio básico da economia chinesa é importar tecnologia de forma barata, se for preciso por roubo também, e então produzi-la pelo menor custo possível para o maior número de pessoas. Assim, para o autor, o desempenho chinês -desde 1979- vem da difusão tecnológica e não propriamente da invenção dessas tecnologias.

O progresso científico e tecnológico está criando condições para que a China seja considerada uma eventual candidata ao lugar de superpotência mundial, inclusive na área da segurança nacional, com os investimentos em tecnologia militar (Chamorro, 2020). O foco nessas áreas é tão grande que o governo chinês oferece como incentivo, para empresas com qualificações tecnológicas avançadas, a isenção de impostos por cinco anos, com a

possibilidade de outros benefícios por mais 8 anos e o apoio de parques tecnológicos em quase todas as grandes cidades chinesas.

Os principais pontos que podem ser identificados em relação ao crescimento econômico chinês nos últimos anos são o apoio governamental a empresas e a qualquer negócio, investimentos estrangeiros e mão de obra barata, com um equilíbrio entre uma maior liberalização e abertura dos mercados chineses e um controle excepcional do Estado na economia, criando, assim, o socialismo de mercado.

Na próxima seção, abordaremos a relação comercial entre as duas maiores potências mundiais do século XXI, os Estados Unidos e a China, e realizaremos uma comparação das duas economias.

Relações comerciais Estados Unidos e China

A China e os Estados Unidos possuem uma relação de controvérsias; são grandes parceiros comerciais há décadas, mas durante toda essa parceria houve muitas tensões, que perduram até os dias atuais. Esse forte vínculo entre os dois países iniciou-se no pós-Guerra Fria, quando a República Popular da China se aliou à potência norte-americana para garantir sua segurança internacional e para fortalecer os laços comerciais que estavam em seus planos, com o objetivo de realizar parcerias comerciais com empresas estrangeiras para a transferência de tecnologia.

De fato, o ressurgimento da China na economia mundial vem sendo objeto de discussões. Para Zakaria et al. (2008), essa ascensão representa o início do declínio americano, enquanto são delineadas estratégias para se manter no poder. Por mais que a China e os Estados Unidos possuam sistemas de governo antagônicos -socialismo de mercado e capitalismo-, os dois países beneficiaram-se com as suas relações comerciais, tanto é que, segundo Knewitz (2013, p.143) “o relacionamento chinês-americano é a relação bilateral mais importante do mundo no século XXI”. Desde o início e até os dias atuais, as duas maiores potências mundiais são muito interdependentes, dependem muito uma da outra e suas ações influenciam os demais países. O maior destino das exportações chinesas são os EUA e a maior parte do capital estrangeiro investido no território chinês vêm da potência norte-americana. Desse modo, para os Estados Unidos, o maior gasto vem das importações advindas da China, enquanto o país asiático é dependente do país norte-americano para comprar essas grandes quantias de exportações, além também das empresas norte-americanas que junto com as chinesas formam as *joint ventures*, causando um déficit na balança comercial do país americano -deixando-o dependente dos produtos chineses (GEIGER, 2015).

A crise da hegemonia norte-americana tem o seu início na década de 70, quando os países da Europa ocidental e o Japão haviam se recuperado da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que os Estados Unidos não possuíssem tanto poder de coerção sobre esses países, mesmo que a capacidade militar norte-americana continuasse inalterada. A guerra do Vietnã, finalizada em 1975, a queda do muro de Berlim, em 1989, e os ataques às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, quando Bush -presidente norte-americano naquele período- enviou tropas militares ao Iraque e ao Afeganistão, tornaram-se os ápices desse início da crise hegemônica americana (MARCELINO, 2008). Outro fator que auxiliou ao possível declínio dos EUA foi o crescimento econômico de seu principal parceiro comercial, a China, quando o cenário

econômico mundial começou a dar um maior destaque aos países orientais.

A ascensão econômica chinesa trouxe possíveis mudanças no cenário internacional, que até hoje é orientado pela ordem mundial ocidental capitalista, mas que tem se desequilibrado a favor de uma possível ordem mais oriental. Porém, essa situação causa um certodesconforto aos Estados Unidos e aos demais países, que repudiam o socialismo. Para os autores realistas, conforme a China se torne mais poderosa e coloque a posição dos EUA em declínio, acreditam ser provável que a China utilize seu crescimento para influenciar e reconfigurar as regras e instituições do sistema internacional, de modo que atendam seus interesses nacionais, virando uma ameaça para a segurança internacional. Uma das diferenças existentes entre os dois países é que a potência chinesa é unipartidária, ou seja, somente o Partido Comunista Chinês controla as decisões políticas e econômicas do país e, desse modo, ao mesmo tempo em que mantém um regime com censuras, autoritário, e muitas vezes corrupto, também acaba possuindo uma maior agilidade nas decisões estatais (GEIGER 2005).

Segundo Ikenberry (2008), é plausível que a China supere os Estados Unidos em diversos sentidos, entre eles: alta tecnologia, quantidade de acordos bilaterais firmados com outros países, PIB. Sendo o país que mais cresce no mundo desde 1980, a China não se destaca apenas exportando produtos considerados básicos como sapatos e brinquedos, mas vem se destacando na exportação de produtos com maior teor tecnológico, principalmente a partir dos anos 90, com a utilização das *joint ventures* no território chinês (GEIGER, 2005). A maior desvantagem chinesa e barreira para se tornar a maior economia é a sua moeda, o yuan, pois não é utilizada para transações comerciais. A falta de um *soft power* expressivo, ou seja, a falta de instrumentos que utilizem questões culturais difundidas nas políticas estatais, além da falta de uma democracia plena no país, mostra a diferença entre a China e os Estados Unidos na utilização desse instrumento, fazendo com que o país asiático precise melhorar sua comunicação internacional.

Donald Trump e a guerra comercial entre Estados Unidos e China

O presidente eleito Donald Trump, durante sua campanha eleitoral em 2016, anunciava como propaganda para seu governo o restabelecimento da economia estadunidense, que vinha sofrendo um abalo de sua estável liderança mundial, em decorrência da ascensão chinesa na economia mundial. Em 2017, a Organização Mundial do Comércio concedeu à China o status de economia de mercado do ano, o que desagradou e gerou críticas por parte dos Estados Unidos, que recusava-se a aceitar que o país asiático fosse uma economia de mercado (KAPUSTINA, 2020).

Podemos dizer que a guerra comercial de fato começou em março de 2018, quando foram introduzidas pelo país norte-americano tarifas sobre o aço e o alumínio. Em julho do mesmo ano, uma série de taxas foram colocadas, pelos Estados Unidos, sobre os produtos chineses; o argumento do presidente norte-americano era que o país vinha sofrendo prejuízos por causa do estado da balança comercial entre os dois países (MONTEIRO 2019).

Dentre os principais efeitos da gestão de Trump, está a mudança na política dos Estados Unidos em relação ao livre comércio, a partir do uso de estratégias protecionistas que buscam garantir o primeiro lugar do país na disputa pelo capital em escala mundial; com isso, a política econômica norte-americana assumiu estratégias que remetem aos ideais

mercantilistas na defesa de um balanço comercial favorável, e também se posiciona de forma contrária aos mecanismos liberais de regulamentação a nível internacional (RIBEIRO, 2020).

O pretexto do governo Trump para a relativa queda da base manufatureira e industrial dos EUA é a transferência desse capital produtivo para a China. Dentre as principais implicações que intimidam os norte-americanos estão a autossuficiência chinesa em tecnologias emergentes, o acesso fácil do país a subsídios advindos de um Estado empreendedor e uma forte política industrial (MELTZER, SHENAI, 2019), questões que evidenciam as dificuldades dos Estados Unidos para enfrentar um país que possui inúmeras alternativas autônomas voltadas para sua inserção na economia e política mundiais.

De acordo com a política norte-americana de Donald Trump, podemos perceber quatro causas principais que fomentaram a guerra comercial por parte dos Estados Unidos. Primeiramente, a diminuição da dependência que o país tem por recursos vindos da China, consequentemente, diminuindo o déficit bilateral que há entre os dois países. Os Estados Unidos não consideravam o comércio com o país chinês como sendo justo. Ao analisar a relação entre exportação e importação entre eles, podemos perceber que os EUA importam da China produtos finais, enquanto os chineses importam principalmente produtos interdependentes (KAPUSTINA, 2020). A segunda possível causa foi para tentar reduzir a capacidade da alta tecnologia chinesa. Os Estados Unidos se mostraram insatisfeitos com a criação das *joint ventures* por parte da China e, por conseguinte, com a realização dessa transferência de tecnologia para as empresas chinesas locais. Desse modo, o país norte-americano impôs tarifas de até 25% sobre os produtos tecnológicos chineses.

A suposta pretensão por parte dos Estados Unidos de querer evitar o aumento da força militar chinesa pode ser considerada a terceira causa da guerra comercial chinesa-americana. Como o país norte-americano é uma das maiores potências militares do mundo, se não a maior, o crescimento militar chinês para os Estados Unidos, e consequentemente o alcance por parte da China da superioridade militar, tornou-se inadmissível.

Por fim, a quarta possível causa que levou ao desencadeamento da guerra comercial foi o déficit orçamentário federal de 21 trilhões de dólares, que ocorreu em partes, em decorrência de uma política norte-americana que o atribuiu a cortes de impostos no ano de 2017. Em comparação com a política estadunidense, o governo chinês possui uma política fiscal considerada mais “saudável”, possuindo uma maior facilidade para realizar a compensação de indústrias prejudicadas pela guerra econômica. (Dongsheng, Luft, Zhong, 2019).

Em decorrência desse conflito chinês-americano, o crescimento dos dois países pode declinar até 0,5% em 2020. Do lado estadunidense, os setores por enquanto mais afetados foram o agrícola, o químico e de transportes de equipamentos; enquanto para a China os setores que se encontram nessa situação são os de maquinaria, equipamentos eletrônicos e outros produtos manufaturados. Alguns especialistas analisam que os Estados Unidos podem sair dessa guerracomercial mais afetados economicamente do que a China; grandes companhias -como McDonalds e Apple- podem sofrer boicotes e perder consumidores chineses durante esse desentendimento comercial, enquanto a demanda chinesa por produtos restritos pelos Estados Unidos vem aumentando (KAPUSTINA, 2020).

Bergsten (2018) identificou três possíveis cenários para a guerra comercial chinesa-americana. O primeiro, caracterizado como G0, indicaria que os Estados Unidos não se

encontrariam mais dispostos a liderar a economia mundial, mas, em compensação, a China também ainda não estaria disposta ou preparada para assumir essa posição. O segundo cenário, chamado G1, seria com a China na liderança da hegemonia mundial. E, por último, o G2 seria a cooperação entre os Estados Unidos e a China, que estariam de acordo no compartilhamento da liderança mundial.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos abordar a evolução e ascensão econômica chinesa, apresentando o governo de Deng Xiaoping e as medidas implementadas para desenvolver sua economia, com o propósito de identificar a existência da possibilidade de um deslocamento da ordem mundial ocidental para a oriental, ou seja, a China tomando o lugar dos Estados Unidos como hegemonia mundial. Ao decorrer do trabalho, escrevemos a respeito das relações bilaterais entre os dois países e da guerra comercial iniciada pelo governo do então ex-presidente Donald Trump. A partir de pesquisas, concluímos que um cenário no qual a China fosse a maior potência mundial, nos próximos anos, é viável.

Ambos os países que apresentamos neste trabalho possuem uma forte relação de interdependência, e mesmo que em 2020 estejam “disputando” o primeiro lugar como líder mundial, sempre se encontrarão nessa relação de amizade e inimizade. Desde o pós-Guerra Fria, a ordem internacional é liderada pela potência norte-americana; para uma mudança de cenário, a maioria dos países deverão estar de acordo.

A ordem mundial em vigor é unipolar, há apenas uma superpotência econômica e militar, os Estados Unidos. Porém, como o mundo está em constante mudança e os países visam cada vez mais à cooperação entre si, um sistema internacional onde mais de um país compartilhe o poder é bem possível. Em poucas palavras, um mundo liderado pela China e os Estados Unidos, até 2030, não é impossível.

Referências

Arrighi, G. (2008). Adam Smith em Pequim. São Paulo, Boitempo.

Bergsten, C.F. (2018). China and the United States: The Contest for Global Economic Leadership. *China & World Economy*, 26(5), 12-37. Disponível em: https://onlinelibrary-wileycom.translate.goog/doi/abs/10.1111/cwe.12254?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt- BR&x_tr_pto=nui,sc

Chamorro, A.I. (2020). Salvador. El proceso de reforma económica de China y su adhesión a la OMC. Disponível em: http://pecvnia.unileon.es/pecvnia07/07_257_284.pdf

Dongsheng, D.; Luft, G.; D. Zhong, D. (2019). Why did Trump launch a trade war? A political economy explanation from the perspective of financial constraints. *Economic and Political Studies*, 7(2), 203-216. Disponível em: https://onlinelibrary-wiley-com.translate.goog/doi/abs/10.1111/cwe.12254?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=ptBR&x_tr_pto=nui,sc

Freitas, M.C.P. (2013). A transformação da China em economia orientada à inovação. Disponível em: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4e8dbbf760029e9a.pdf>

Geiger, P. (2015). Será o século XXI um século chinês? Revista Geo URJ, Rio de Janeiro, n.27,p.362-377. Disponível em: <https://publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/19678/14674>.

Guimarães, A.Q. (2012). A economia política do modelo econômico chinês: o Estado, o mercado e os principais desafios. Revista de Sociologia e Política. Vol.20. nº.44. Curitiba. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782012000400009

Ikenberry, J. (2008). The Rise of China and the Future of the West – Can the Liberal System Survive? Foreign Affairs.

Kapustina, L.; Lipková, L.; Silin, Y.; Drevalev, A. (2020). US-China Trade War: Causes and Outcomes. Ural State University of Economics e University of Economics in Bratislava, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338550900_USChina_Trade_War_Causes_and_outcomes.

Knewitz, D.C.S. (2013). O ressurgimento da China à luz da hegemonia norte-americana. 174

f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/323>.

Kroeber, A. (2007). Inovação: todo o errado. Portal Fator Brasil. Disponível em: https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=8157.

List, F. (1983). Sistema nacional da economia política. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas). Publicado originalmente em 1841. Marcelino, F. A. (2011). China diante dos desafios internacionais pós-hegemônicos no século XXI: alternativas de poder num período de decaos sistêmico. In: 3º Encontro Nacional Abri 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200012&script=sci_arttext&tlng=pt

Lyrio, M.C. A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/China_potencia.pdf.

Medeiros, C. A. (2005) A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, J. L. (org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes.

Medeiros, C.A. (2012). Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/medeiroschina.pdf/view>.

Meltzer, J.; Shenai, N. (2020). The US-China economic relationship: A comprehensive approach. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/the-us-china-economic-relationship-a-comprehensive-approach/>

Monteiro, C.M. H.; Obregon, M.F.Q. (2019). O novo muro de Trump: uma análise das implicações da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. FDV. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6967940.pdf>.

Nonnenberg, M.J.B.; De Negri, F. (2008). O Crescimento Econômico e a Competitividade Chinesa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5129385_O_Crescimento_Economico_e_a_Competitividade_Chinesa

Ribeiro, L.S. (2020). A guerra comercial entre Estados Unidos e China: uma análise acerca da estratégia econômica do Governo Trump diante da ascensão chinesa. F 65. TCC Graduação em de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13697>

Singh, A. (1993). The Plan, the Market and Evolutionary Economic Reform in China. Unctad Discussion Paper.

Zakaria, F.; Daokui, L. Kissinger, H.; Ferguson, N. (2012) O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática. Rio de Janeiro: Elsevier.